

CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: O CASO DO MUNICÍPIO DE MARAU - RS

Gláucio José Marafon

Departamento de Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas

UFSM - Santa Maria, RS

RESUMO

O presente trabalho analisa a conceituação e a constituição do Complexo Agroindustrial, a evolução do setor agropecuário no estado do Rio Grande do Sul após os anos 60 e o processo de modernização da agricultura no estado do Rio Grande do Sul e no município de Marau.

Palavras Chaves: complexo agroindustrial, modernização, industrialização da agricultura

SUMMARY

CONSTITUTION OF THE AGROINDUSTRIAL COMPLEXO AND AGRICULTURE MODERNIZATION: THE CASE OF MARAU -RS

This work analyses the concept and constitution of the Agroindustrial Complex, the evolution of the agrarian and cattle breeding sector in the state of Rio Grande do Sul after the 60s and the agricultural modernization process in Rio Grande do Sul and the town of Marau.

Keys Words: Agroindustrial Complex

Agricultural modernization and industrialization

COMPLEXO AGROINDUSTRIAL: CONCEITO E CONSTITUIÇÃO

O setor agrícola no Brasil, de modo geral, iniciou o processo de tecnificação da base produtiva a partir da década de 50, sendo, entretanto, os meios de produção importados.

Somente a partir do final da década de 60 é que se iniciou a implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente à instalação desse setor industrial, ocorreu a modernização e o desenvolvimento, em escala nacional, de um mercado para os produtos industriais do sistema agroindustrial.

Constituiu-se, dessa forma, no final da década de sessenta, o Complexo Agroindustrial no Brasil, que é definido por Muller (1982:48), como sendo o "conjunto de processos técnico-econômicos, sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros correspondentes".

A constituição do Complexo Agroindustrial no país refletiu-se na expansão das indústrias a montante da agricultura e na incorporação desses bens industriais por parte dos produtores rurais, destinando-se à produção agrícola, na sua maioria, ao sistema agroindustrial.

Em grande parte, as mudanças no agro-nacional resultaram da atuação de empresas subsidiárias de multinacionais, associadas ao capital nacional e de apoio dado pelo Estado à industrialização do país.

No processo de modernização da agricultura no Brasil, o Estado passou a estar cada vez mais presente e atuante, tendo papel relevante no processo de constituição do Complexo Agroindustrial. De todos os meios utilizados pelo Estado para a capitalização da agricultura, a regulamentação financeira sobressai como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal na economia.

Na esfera da regulamentação financeira, desempenha papel importante a estrutura bancária do Estado e a política econômica de crédito rural com a instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, contendo "uma proposta explícita de modernização agropecuária em interação com a constituição do Complexo Agroindustrial". (Delgado, 1985:45)

O sistema foi estabelecido para o setor agropecuário em seu conjunto, sendo os mecanismos indutores de organização da produção refletidos nas condições favorecidas de financiamentos, em termos de taxas de juros, prazos e carências nos pagamentos. O Sistema Nacional de Crédito Rural, do ano de sua criação, 1965, até a metade da década de 70, apresentou uma trajetória expansionista, com recursos crescentes por parte do Estado, ocorrendo, nesse primeiro momento, uma maior destinação dos recursos para crédito em investimento. A partir de 1977, iniciou-se a diminuição dos recursos destinados ao Sistema Nacional de Crédito Rural, acentuando-se, a partir da década de 80, devido principalmente à grave crise econômica enfrentada pelo país, sendo os recursos destinados, principalmente, para custeio da produção agrícola.

O Estado, com a sua presença ativa nas diferentes esferas, regula as margens de lucro para os diversos componentes do Complexo Agroindustrial.

Com a constituição do Complexo Agroindustrial, ocorreu a integração de capitais, com a fusão de capitais agrários industriais e comerciais que se fundem em sociedades anônimas e

cooperativas rurais, sob o comando do capital financeiro, estando os pequenos produtores rurais não associados a este capital, excluídos do processo.

O Complexo Agroindustrial constituiu-se em um dos agentes da transformação que ocorreu no setor agropecuário brasileiro e, nesse processo, foi formando complexos particulares.

Entre os complexos particulares, destacam-se: Trigo/moinhos, Fumo/cigarros, Pecuária de Corte/Frigoríficos, Pecuária de Leite/Laticínios e Soja/Indústria de Oleaginosas.

A "presença" do Complexo Agroindustrial é sempre observada nos setores modernizados da produção agropecuária, para maior reprodução do capital.

CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL

A Constituição do Complexo Agroindustrial e a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul ocorreu através da rápida expansão da lavoura empresarial da soja, sobretudo a partir do final da década de 60, estimulada por uma série de fatores (preços elevados no mercado internacional, eficácia do sistema cooperativista na política de comercialização, difusão de técnicas, estímulos fiscais e política de financiamento público, etc.), significa o fim do equilíbrio anteriormente existente nos demais setores da agropecuária, a agropecuária colonial e pecuária tradicional.

Dessa forma, a lavoura empresarial da soja passa a ocupar áreas da agropecuária colonial e da pecuária tradicional, em detrimento de outras culturas, induzindo transformações também na pecuária tradicional, principalmente em função dos preços então vigentes no mercado.

Do final da década de 60 até o final da década de 70, a produção de soja duplica, passando a ser a principal responsável pelas exportações do Estado, ao mesmo tempo que a capacidade de auto-abastecimento regional se desarticulava com a agropecuária colonial.

A nível estadual, a estrutura da propriedade rural de médio e grande porte mantém-se intocável e até com tendências a reconcentração, "a nível da estrutura de emprego aumenta a faixa dos assalariados rurais e dos minifundiários, criando como saldo um reforço no movimento de liberação de mão-de-obra já presente no setor rural". (Carrion Jr., 1981:35)

Com a expressão da lavoura empresarial da soja no estado, aumentou a demanda de bens de produção industrial para a agricultura, bem como dinamizou-se o sistema agroindustrial. No Rio Grande do Sul, os setores industriais, tanto a montante como a jusante do setor agropecuário, fizeram-se presentes.

No final dos anos 60 e na década de 70, verificou-se, no Rio Grande do Sul, a

expansão da produção de máquinas e implementos agrícolas (sobretudo implementos agrícolas e automotrizes¹, de insumos e indústrias processadoras de soja.

A linha de produção de derivados de soja foi a que mais cresceu na agroindústria gaúcha, a partir do final dos anos 60 quando, além da exportação de óleo bruto e farelo, passou-se a produzir óleo refinado, industrial, margarinas e rações, consolidando-se, assim, no estado, o Complexo Agroindustrial Soja/Indústria de Oleaginosas.

Muller (1982:23), identificou o Complexo Agroindustrial Soja/Indústria de Oleaginosas como sendo "o sistema formado pelo conjunto de interesses econômicos e sociais envolvidos na produção, transformação e circulação de grãos e que concorrem num mercado oligopólico internacionalizado".

O Complexo Agroindustrial Soja/Indústria de Oleaginosas é, de acordo com Muller (1982:32), composto de cinco setores: 1)setor agrário, onde a soja é produzida em unidades produtivas de bases técnico-econômicas modernas; 2)setor agroalimentar, que extrai e refina o óleo para fins alimentares; 3)setor de agroinsumos, que produz tortas, farelos e rações para animais e óleos derivados para a indústria; 4)setor de máquinas e insumos industriais para a produção de soja; 5)setor de financiamento e circulação da produção.

Esse complexo caracteriza-se por sua constituição recente e pelo seu elevado grau de internacionalização, onde os interesses das Empresas Transnacionais se localizam tanto a montante quanto a jusante da lavoura sojicultora.

A montante da lavoura sojicultora, pela presença de grande número de empresas subsidiárias das Transnacionais, no setor de insumos e máquinas agrícolas, e a jusante no processo de transformação de soja.

Aliado à expansão da lavoura de soja e à constituição do Complexo Agroindustrial Soja/Indústria de Oleaginosas, ocorreu a ampliação das funções das cooperativas, que concorreram também para a expansão da lavoura da soja e da constituição do referido complexo.

As cooperativas no Rio Grande do Sul buscaram a integração vertical e horizontal. Procuraram congregar o maior número possível de associados, independentemente do tamanho dos estabelecimentos, algumas tornando-se "multicooperativas".²

¹ No período, foi fundado um grande número de pequenas empresas que, com a crise econômica ocorrida no final dos anos 70 e início dos anos 80, foram incorporadas pelas empresas maiores ou desapareceram. Das empresas remanescentes, as de implementos agrícolas continuam na dependência das grandes, uma vez que o implemento que produzem será utilizado acoplado às máquinas produzidas pelas grandes empresas.

² Multicooperativa - entidade cuja estrutura e dinâmica de crescimento apresenta várias similaridades com a morfologia da empresa controladora de um grupo empresarial. Tais similaridades manifestam-se pela diversificação multissetorial e espacial de operação econômica e pela complexidade da estrutura organizacional. (Delgado, 1985:165)

As cooperativas contribuíram para a criação de uma importante infra-estrutura de armazenagem, aumentando significativamente o número de armazéns nas regiões produtoras de soja, a fim de receber e comercializar a produção.

As cooperativas passaram a se instrumentalizar para atender as demandas dos produtores nas diversas fases do processo produtivo. Criaram e ampliaram o departamento técnico, passando a atuar no setor de consumo, fornecendo aos associados insumos necessários à produção e também artigos de consumo geral.

As maiores cooperativas passaram a investir em agroindústrias, principalmente na instalação de fábricas de óleo de soja e rações. Tornaram-se grandes complexos empresariais, que atuam em uma variada gama de atividades relacionadas direta ou indiretamente com as atividades agropecuárias.

Na sua expansão, o sistema cooperativista beneficiou-se dos incentivos estatais destinados ao setor agropecuário, inserindo-se como um elemento dinâmico ao interior do Complexo Agroindustrial.

Foi através da associação às cooperativas que um grande contingente de pequenos produtores se vinculou ao processo de modernização da agricultura, ocorrendo a associação desses pequenos produtores ao grande capital que dirige o processo de acumulação na agricultura, sob o comando do capital financeiro, possibilitando a manutenção e reprodução dos pequenos produtores com um mínimo de eficiência produtiva.

O setor da pecuária no Rio Grande do Sul, no final da década de 60 e início de 70, também passou por um processo de modernização, devido principalmente ao apoio do Estado (via crédito e incentivos fiscais) e da abertura de mercados internacionais, além do aumento do consumo no mercado interno.

A modernização do processo produtivo na pecuária teve início na fase de beneficiamento e transformação, generalizando-se a forma frigorificada de trabalhar a carne. Posteriormente à modernização dessa fase, iniciou-se a modernização sobre a produção pecuária de bovinos. Porém, devido à resistência da modernização na sua forma e a rigidez na oferta da carne bovina, esse setor não apresentou grande expansão. No setor de pecuária de carnes, a maior expansão deu-se na produção de aves, expansão devida aos preços favoráveis no mercado. O crescimento da produção de carne de aves no estado efetuou-se de forma totalmente moderna.

O efetivo total de aves no estado passou de 19.052.252 unidades em 1960 para 57.367.602 unidades em 1980; a criação começou a ser feita em unidades produtivas modernas dos próprios frigoríficos, ou através do processo de integração³ com os pequenos produtores.

Do setor da pecuária de carnes a suinocultura foi o ramo que menos cresceu no estado, verificando-se, inclusive, decréscimo no rebanho.

O processo de modernização do setor de pecuária de carnes no estado está vinculado aos interesses do Complexo Agroindustrial de Pecuária de Carnes/Frigoríficos, complexo este que corresponde ao conjunto de atividades de produção, beneficiamento, transformação e distribuição de carnes.

Ao lado da presença do Complexo Agroindustrial de Pecuária de Carnes/Frigoríficos no estado, verifica-se também a presença do Complexo Agroindustrial Pecuária de Leite/Laticínios, através da modernização do processo produtivo para a obtenção do leite e na sua transformação e distribuição. Esses complexos encontram-se articulados principalmente com o de Soja/Indústria de Oleaginosas, uma vez que, basicamente, a alimentação utilizada para a criação de aves é a ração à base de soja.

Além da presença desses complexos no estado, verifica-se também a presença dos Complexos Agroindustriais de Trigo/Moinhos e Fumo/Cigarros.

Com a crise econômica ocorrida no final da década de 70 e início da década de 80 e com a retração do Estado como agente financiador do processo de modernização do setor agropecuário, ocorre, de forma geral, a diminuição do consumo de produtos industriais, sobretudo de máquinas e implementos agrícolas, gerando crise em setores do Complexo Agroindustrial.

A partir de então, o setor agropecuário inicia o processo de diversificação da produção, onde, além da mecanização e utilização de produtos químicos, incorpora a utilização crescente de fertilizantes orgânicos e a ampliação da pesquisa e extensão rural.

A partir da caracterização, de uma perspectiva ampla, do estado do Rio Grande do Sul, procura-se abordar o desencadeamento do processo de expansão da lavoura de soja em bases modernas em Marau, a partir da análise de indicadores do processo de modernização da agricultura.

Entendendo-se por modernização da agricultura, o processo de alteração da base técnica, e das relações sociais correspondentes, passando a agricultura a ter necessidades técnico-econômicas de demanda industrial, passando a produção agrícola a ter maior domínio sobre a natureza e certa independência quanto à destreza do trabalho humano.

³ O processo de integração, de forma geral, dá-se na forma de subordinação do produtor à empresa. Essa fornece as aves, os insumos e presta a assistência técnica ao produtor. O preço final a ser pago pela empresa pelas aves ao produtor é estipulado em contrato, no início do período de produção.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE MARAU

A forma de utilização da terra, da tecnologia e da mão-de-obra, indica o processo de modernização da agricultura e possibilita a inferência sobre as transformações que se processam a partir do referido processo da modernização. Desse modo, procura-se caracterizar estes indicadores, para a apreensão do processo de modernização da agricultura em Marau.⁴

CARACTERÍSTICAS DA UTILIZAÇÃO DA TERRA

Analisando a figura 1, pode-se constatar o predomínio e o aumento sempre crescente da utilização das terras do município de Marau para a formação de lavouras. Esse aumento ocorreu basicamente na incorporação de terras destinadas a pastagens e matas.

O maior crescimento da área destinada à lavoura ocorreu na década de 70, período em que se desarticulou a agropecuária colonial com a expansão da lavoura empresarial da soja.

A área de terras destinadas à lavoura aumentou em 23,4% enquanto a destinada a pastagens decresceu em 18,5%, no período de 1960 a 1980.

Na prática da agropecuária colonial, onde o produtor rural produzia basicamente para o consumo da família comercializando o excedente, a área de pastagens era importante, tanto para a alimentação, na forma de leite e derivados, quanto na utilização da energia animal para o trabalho de arar a terra e transportar a produção. Com a expansão da lavoura da soja, em bases modernas, e com a produção voltada para o mercado, a área de pastagens diminuiu.

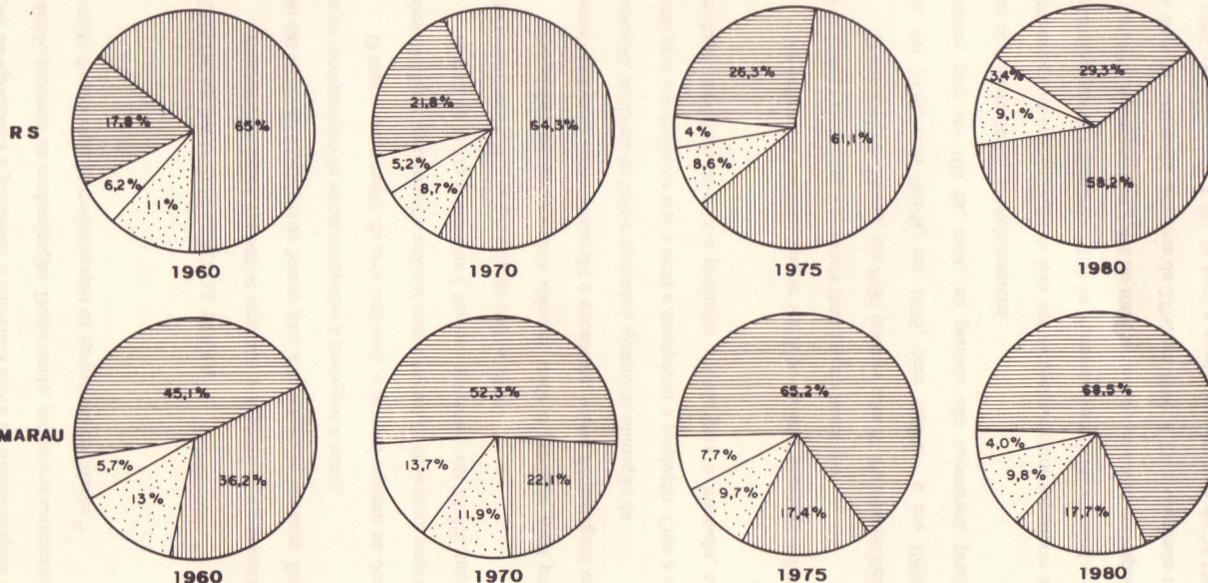
No entanto, o aumento que se verificou na área destinada à formação de lavouras, não alterou de forma significativa a estrutura fundiária do município.

O município de Marau, em 1980 contava com 97,3% dos estabelecimentos com área até 100 ha; em 1970, com 96,6%; em 1975, com 95,8%; e em 1980, com 95,9% dos estabelecimentos com até 100 ha, onde, no período não ocorreram, praticamente alterações significativas no número desses estabelecimentos.

Constata-se uma concentração de área nos estabelecimentos superiores a 100 ha. No ano de 1960, os estabelecimentos superiores a 100 ha representavam 2,7% do total e ocupando uma área de 20,6%; em 1970, representavam 3,4% do total, ocupando uma área correspondente a 22,1%; em 1975, 4,2% do total, ocupando uma área de 27%; em 1980, 4,1% e ocupando uma área de 27,6%; no ano de 1985, representavam 3,4% do total e ocupavam uma área de 24,5%. Na década de 70

⁴ Para a caracterização desses indicadores, serão utilizados dados censitários da FIBEGE.

Utilização das Terras - RS e MARAU - 1960 - 1980



LEGENDA:

-  LAVOURAS
-  PASTAGENS
-  MATAS
-  NÃO UTILIZADAS

FONTE: FEE, DE PROVINCIA DE SÃO PEDRO A ESTUDO DO RIO GRANDE DO SUL.
CENSOS DO RS 1960 - 1980

ocorreu uma concentração de terras nos maiores estabelecimentos na ordem de 3,9%, passando a 2,5% no início dos anos 80.

Observa-se o crescimento em termos de área e de número de estabelecimentos em Marau, nos extratos de área superior a 100 ha, tendência que se observa durante a década de 70 e que, na primeira metade da década de 80, tende a diminuir. Em Marau, o índice de crescimento dos estabelecimentos acima de 1.000 ha é, de forma geral, decrescente, existindo em 1985 apenas um estabelecimento com área superior a 1.000 ha.

As culturas de arroz e feijão não apresentaram grande variação, tanto em termos de produção, quanto de área, sendo a produção em Marau inexpressiva e consumida quase que totalmente nos estabelecimentos.

A produção de cevada, inexpressiva nas décadas de 60 e 70, passou, na década de 80, a ocupar um espaço maior, representando, em 1985, a produção de Marau 3,9% da produção total do estado, apesar de sua produção continuar sendo pequena.

A produção de trigo apresenta-se de modo variável; na década de 60, é baixa aumentando na década de 70 e voltando a baixar na década de 80. Na década de 70, a produção de trigo cresceu atrelada à expansão da lavoura de soja, caindo novamente a produção devido a doenças, problemas climáticos e política desestimulante para a triticultura.

A cultura de milho, de modo geral, sempre permaneceu crescente em produção. Em Marau, que teve sua ocupação baseada na agropecuária colonial, o milho sempre foi uma cultura tradicional, estando associada à produção de suínos.

A cultura da soja, nesse município, expandiu-se e tornou-se expressiva em termos de produção, na década de 70. Em uma década (1970-1980), ocorreu um significativo crescimento de produção, o índice de crescimento nesse período foi de 4.427. A expansão foi de tal forma que nesse mesmo período a área destinada ao cultivo da soja teve um índice de crescimento de 2.265, ocupando, em 1980, 48% da área total cultivada no município.

Em uma década a soja tornou-se o principal produto agrícola do município, ocupando quase metade das terras destinadas à formação de lavouras.

Dos produtos agrícolas, cujo processo produtivo é moderno, a produtividade do município, de modo geral, coincide com a produtividade geral do estado: é o caso da soja, do milho, do trigo e da cevada. Os produtos agrícolas arroz e feijão, produzidos através de baixa utilização de insumos industriais, apresentam uma produtividade abaixo do estado.

Com a expansão da lavoura sojicultora em Marau e com o aumento da área a ela destinada, ocorreu a desarticulação da agropecuária colonial no município. No tocante à agricultura, essa se modernizou e expandiu sua produção; quanto à pecuária, a suinocultura, importante na zona

colonial, teve reduzido o seu rebanho.

A suinocultura, praticada de forma tradicional, em sua maioria, decresceu não só pela expansão da lavoura da soja, mas também devido a uma maior oferta de gordura vegetal e de sua aceitação pelo mercado.

Ocorre o crescimento do efetivo de bovinos em Marau. O maior desenvolvimento, porém, no setor da pecuária, ocorreu no da pecuária de leite,⁵ não sendo muito desenvolvida a de corte no município. Entretanto, os maiores índices de crescimento do setor pecuário ocorreram em relação ao aumento do efetivo de frangos no município de Marau. Esse crescimento ocorreu devido ao início do sistema de integração avícola no município e à instalação de um frigorífico de abate e industrialização de frangos em Marau.

Observa-se o crescimento, em Marau, dos produtos destinados especificamente a agroindústrias, onde se destaca a produção de soja e frangos. Esse processo iniciou-se a partir da década de 70, com a desarticulação da agropecuária colonial e a modernização do processo produtivo. Marau moderniza a sua agricultura, inserindo-se no circuito da economia sojicultora, integrando a nova divisão territorial do trabalho no estado.

CARACTERÍSTICAS DO USO DE TECNOLOGIA

Com a expansão da lavoura sojicultora e a industrialização do campo em Marau, ocorreu a desarticulação da agropecuária colonial e da forma tradicional de produção. Com a lavoura da soja, o produtor rural marauense mecanizou o processo produtivo.

Constata-se o crescimento do número de máquinas e implementos agrícolas. Tem-se um índice de crescimento de 1.495 a partir de 1960 no número de tratores; índice de crescimento de 663 no número de arados; um índice de crescimento de 963 de aumento no número de máquinas para plantio e um crescimento de 469 no número de máquinas para colher. Esses números refletem o grau de mecanização que ocorreu no município de Marau, em pequenos estabelecimentos, a partir da expansão da lavoura sojicultora.

Observa-se a crescente demanda, na década de 70, por parte dos produtores rurais, de insumos de origem industrial para a agricultura.

Observa-se, pois, o crescimento da utilização de fertilizantes de origem química no município. No ano de 1960, 1,2% dos estabelecimentos utilizavam fertilizantes químicos; no ano de 1970, 90%; em 1975, 75,6% e em 1980, 91,3% dos estabelecimentos o utilizaram. Quanto à

⁵ A partir dos anos 80, os efetivos da constituição do complexo agroindustrial pecuária leiteira/laticínios se fizeram sentir diretamente em Marau. Esse setor, em Marau, passou a se modernizar, a demandar produtos de origem industrial e entregar a produção à CORLAC - Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos.

utilização de defensivos, 67,5% dos estabelecimentos o utilizaram em 1975 e, no ano de 1980, 73,7% dos estabelecimentos agrícolas de Marau utilizaram defensivos nas lavouras.

Quanto ao calcário, em 1960, em Marau, 0,2% dos estabelecimentos fizeram incorporação do mesmo ao solo; no ano de 1970, 11,2% o fizeram; no ano de 1975, 37,5% e no ano de 1980, 39,6% dos estabelecimentos incorporaram calcário ao solo.⁶

A utilização de defensivos (herbicidas, fungicidas e inseticidas) foi sempre crescente nos estabelecimentos agrícolas de Marau. Devido ao expressivo aumento da área plantada com uma só cultura, ocorreram desequilíbrios ecológicos e a proliferação, em maior número, de pragas que atacam as lavouras, o que requereu a utilização de produtos químicos em seu combate.⁷

Constata-se que a agricultura, no município marauense, teve a sua base produtiva alterada, modernizando-se, passando a demandar produtos industriais para a realização da produção, a partir da década de 70, com a expansão da lavoura sojicultora.

Contudo, como já se abordou anteriormente, a modernização da agricultura em Marau não alterou de forma significativa a estrutura fundiária do município; já a industrialização do campo deu-se basicamente através dos incentivos do Estado, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), lá representado pelo Banco do Brasil S/A. A agricultura em Marau ocorreu de forma crescente: no ano de 1960, o Estado participou com 27,3% dos recursos totais destinados ao setor agropecuário; no ano de 1970, com 89,7% do total; em 1975, com 93,5% dos recursos totais; e em 1980, com 84,4% dos recursos totais destinados ao financiamento do setor agropecuário. Desse fato, portanto, pode-se concluir que o estado viabilizou a industrialização da agricultura, aliando-se aos interesses das indústrias, tanto a montante como a jusante do setor agropecuário.⁸

CARACTERIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

A desarticulação da agropecuária colonial - baseada na mão-de-obra familiar e praticada de forma tradicional - pela industrialização da agricultura, com alteração da base técnica da produção, gerou mudanças também na utilização de mão-de-obra.

⁶ A incorporação de calcário faz-se para corrigir a acidez dos solos. O calcário, para fins de concessão de crédito, é considerado como investimento. A crescente incorporação de calcário ao solo de Marau, até meados da década de 70, deve-se às condições facilitadas de crédito para investimento e aos juros controlados. A partir do momento em que a dotação de recursos do crédito rural para investimentos diminuíram e, concomitantemente, os juros subiram, a prática de incorporação de calcário ao solo diminuiu. Espaçou-se o tempo em que se faz a incorporação de calcário ao solo.

⁷ No combate à lagarta da soja, já se iniciou o controle biológico, o que representa menores custos ao produtor e menor risco de poluição ambiental.

⁸ A diminuição da participação estatal, no ano de 1980, no total de recursos destinados ao financiamento do setor agropecuário deve-se ao retraimento do SNCR com o aumento das taxas de juros, fazendo com que os produtores financiassem somente o essencial para a formação de lavouras, passando alguns a trabalharem com recursos próprios.

Com a industrialização do campo ocorreu a liberação de mão-de-obra e a necessidade de uma maior qualificação para operar nos estabelecimentos que se modernizam.

Entretanto, em Marau, a liberação da mão-de-obra ou a sua transferência para outros setores da economia não ocorreu com a mesma intensidade que se verificou no estado do Rio Grande do Sul. Em 1960, a população rural de Marau correspondia a 84,4% do total da população; em 1970, correspondia a 81,7% do total; e em 1980, a população rural correspondia a 64% da população total.

Foi na década de 70 que se observa a maior taxa de urbanização no município marauense. A taxa passou de 15,60 em 1960 para 36,02 em 1980. A elevação da taxa de urbanização ocorreu no período de expansão da lavoura sojicultora e modernização da agricultura. No entanto, a taxa de urbanização de Marau permanece baixa se comparada com o estado do Rio Grande do Sul e esse fato se prende, principalmente, à permanência da família do produtor trabalhando nos estabelecimentos, em sua maioria com área inferior a 100 ha.

A população economicamente ativa no município, no ano de 1980, corresponde a 36% da população total, sendo que, dessa, 53% se encontra no setor primário, 32% no setor terciário e 15% no setor secundário, reafirmando a maior presença da população no campo.

Através do alto índice de população que se encontra no meio rural pode-se inferir que estes produtores rurais - a grande maioria em Marau com estabelecimentos de área inferiores a 100ha - capitalizaram-se, através da prática de uma agricultura industrializada, mas baseada na mão-de-obra familiar, e que Muller (1982:71) identifica sendo:

"...a pequena burguesia industrializada e que corresponde ao pessoal não remunerado ocupado naqueles estabelecimentos que tomaram empréstimos para investimentos e custeio da produção, assumindo diretamente a dívida com o capital financeiro, portanto sem agentes intermediários. Estes estabelecimentos com menos de 100ha de área total (...), que adquiriram tratores, arados com tração mecânica e toda a sorte de insumos industriais, inclusive mão-de-obra. Nesse sentido, a pequena burguesia industrializada é a que, em superfícies relativamente diminutas, obtém volumes de produção relativamente grandes graças à combinação de trabalho não remunerado, em proporções nas quais predomina o primeiro tipo de mão-de-obra, e que opera com composição orgânica de capital relativamente elevada."⁹

Em Marau, no ano de 1970, os responsáveis e membros não remunerados da família representavam 94,4% da mão-de-obra utilizada no setor agropecuário; os assalariados permanentes

⁹ Não desconhecendo a relevância do tema sobre a formação desta nova camada social para o estudo do processo de modernização da agricultura. no entanto, por não ser objeto de estudo deste trabalho, não se entrará em maiores detalhes.

representavam 2,2% e os assalariados temporários representavam 3,3%. No ano de 1975, os responsáveis e membros não remunerados representavam 97,2% da mão-de-obra ocupada no setor agropecuário; os trabalhadores assalariados representavam 2,1% e os trabalhadores assalariados temporários, 0,5%. No ano de 1980, os responsáveis e membros não remunerados da família representavam 85,8% da mão-de-obra utilizada no setor agropecuário, os assalariados permanentes 3,6%, os assalariados temporários representavam 9,1% e os parceiros passaram a representar 1,0% do total da mão-de-obra utilizada no setor agropecuário.

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura ocorreu, no final da década de 70, o aumento do trabalho assalariado, mas a mão-de-obra familiar continua sendo a grande responsável pela produção agropecuária no município de Marau.¹⁰

Através da análise dos indicadores do processo de modernização (utilização da terra, uso de tecnologia e mão-de-obra), pode-se inferir que, durante a década de 70, o setor agropecuário de Marau teve o processo produtivo modernizado. Esse processo de modernização da agricultura esteve associado à expansão da lavoura sojicultora e à presença do Complexo Agroindustrial.

O SISTEMA COOPERATIVISTA EM MARAU

Com o processo de expansão da lavoura sojicultora, o sistema cooperativista ampliou as suas funções, buscando a integração vertical e horizontal e procurando congregiar o maior número possível de associados.

Em Marau, o movimento cooperativista também se fez presente. No ano de 1965, um grupo de produtores rurais fundou a Cooperativa Agrícola Mista Marauense Ltda (COPEMARAU). A fundação da Copemarau foi incentivada e apoiada pela agência do Banco do Brasil S/A., Passo Fundo - RS. Na época, o município não contava com nenhuma agência bancária, sendo necessário o deslocamento de quem necessitasse de financiamento para a cidade de Passo Fundo¹¹. Esse deslocamento tornava mais difíceis as transações bancárias, principalmente por parte dos pequenos produtores.

Com a fundação da cooperativa congregando grande parte dos produtores do município, em seu quadro, essa passou a repassar os créditos a seus associados, atuando como agente fomentador da expansão da industrialização do campo:

¹⁰ O trabalho assalariado é pouco utilizado no município de Marau, devido ao elevado número de pequenos e médios estabelecimentos e pelo número reduzido de trabalhadores existentes no município.

¹¹ A primeira agência bancária a se instalar foi a do Banco do Brasil em 1971.

Com a cooperativa, os produtores rurais, principalmente os pequenos, além de terem acesso mais fácil e direito ao crédito, passaram, também, a ter acesso ao mercado de produtos industriais destinados à agricultura (máquinas agrícolas e insumos). A cooperativa, em seu departamento comercial, revendia insumos industriais (fertilizantes e defensivos, sementes selecionadas), normalmente a preços inferiores aos de mercado.

Outros benefícios que os produtores rurais passaram a ter foram: assistência técnica e disponibilidade de um lugar para armazenar a produção, deixando a comercialização a cargo da cooperativa.

A partir da década de 70, a COPEMARAU se expandiu; procurando aumentar o seu campo de ação, começou a atuar em municípios próximos a Marau. Instalou filiais nos municípios de Casca, Serafina Correa, Nova Araçá e Ciriaco.¹²

No entanto, o quadro de associados é composto basicamente por produtores rurais do município marauense, que representam 77,9% do total, conforme se pode constatar na tabela 1.

O quadro de associados da COPEMARAU é composto por 88,6% de produtores com estabelecimentos com área até 100ha, refletindo-se a própria estrutura fundiária dos municípios do campo de ação da cooperativa.

Na busca de ampliar as suas funções, no ano de 1974, a COPEMARAU adquiriu uma unidade industrial processadora de soja (óleo bruto e farelo), com capacidade de produção de 180 toneladas de soja por dia.¹³

Essa agroindústria fica a maior parte do tempo na ociosidade, devido à produção de soja recebida dos associados ser comercializada na forma de grão. Esse tipo de comercialização ocorre devido a obtenção de preço mais elevado que o da venda de óleo.

A cooperativa não possui controle dos associados no tocante à entrega da produção. O produtor rural, normalmente entrega a produção à empresa (cooperativa ou não cooperativa) que oferece melhor preço.

Atualmente, a COPEMARAU conta com seis armazéns para estocar a produção, distribuídos na sua área de ação e mais: a indústria de óleo de soja, uma fábrica de rações; mantém, ainda, sete lojas comerciais.

Com o objetivo de prestar assistência financeira mais eficaz a seus associados, a COPEMARAU no início da década de 80 constituiu a Cooperativa de Crédito Rural Ltda.

¹² As sedes dos municípios de Casca, Serafina Correa, Nova Araçá e Ciriaco estão localizadas a 32Km, 48Km, 50Km e 60Km, respectivamente, da sede do Município de Marau.

¹³ Na compra desta unidade industrial, ocorreram irregularidades, o que ocasionava intervenção do INCRA no ano de 1977, para a regularização da situação, sendo levantada a intervenção no ano de 1979.

(CREDIMARAU), que passou a financiar os seus associados nas normas do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).¹⁴

No processo de industrialização da agricultura em Marau, a cooperativa atuou como elemento dinâmico, uma vez que propiciou condições de modernização a seus associados. Através da cooperativa grande parte dos pequenos produtores rurais inseriu-se no circuito da economia sojicultora e do Complexo Agroindustrial.

TABELA 1 - CAMPO DE AÇÃO DA COPEMARAU E NÚMERO DE ASSOCIADOS POR MUNICÍPIO

Campo de ação (municípios)	No. de associados	%
Marau	1.844	77,9
Casca	255	10,8
Serafina Correa	96	4,1
Passo Fundo	53	2,2
Soledade	38	1,6
Guaporé	19	0,8
Nova Araçá	16	0,7
Nova Bassano	11	0,5
Nova Prata	11	0,5
Arvorezinha	09	0,4
Ciriaco	08	0,3
David Canabarro	04	0,1
Carazinho	01	0,05
Paráí	01	0,05
TOTAL	2.366	100

FONTE: Levantamento efetuado no cadastro da COPEMARAU em dezembro de 1995

A PRESENÇA DA AGROINDÚSTRIA EM MARAU

O sistema agroindustrial articula-se com o interesse das indústrias a jusante da agricultura, uma vez que são elas que irão comprar e transformar a matéria-prima agrícola.

Atréda à expansão da lavoura sojicultora no município de Marau, no ano de 1969 foi fundada a empresa de Óleos Vegetais Marau Ltda., de capital local, para a extração de óleo e farelo de soja. No ano de 1973, devido a dificuldades financeiras, a empresa abre o seu capital

¹⁴ As cooperativas de crédito rural integram, como órgãos auxiliares, o SNCR, constituindo-se o seu capital através de recursos representados pelas cotas de capital dos associados e recursos captados sob a forma de depósito à vista e a prazo, podendo ser sócios das cooperativas de crédito os associados e funcionários das cooperativas de produção e entidades assistenciais. As cooperativas de crédito são filiadas a COCECRER - Cooperativa de Crédito Rural do Rio Grande do Sul. Segundo observações obtidas junto aos associados da CREDIMARAU, não há diferença entre essa e outras agências bancárias.

social, passando o controle acionário para o Frigorífico Borella S/A.¹⁵, constituindo-se o Grupo Agroindustrial Borella S/A. em Marau.

Com a injeção de capital, a empresa modernizou-se e expandiu suas atividades, passando a refinar e a embalar o óleo, com capacidade para processar 600 toneladas de soja por dia, matéria-prima adquirida na região¹⁶. A produção é absorvida pelo mercado nacional, sendo 30% na região sul, 25% na região sudeste, 5% na região centro-oeste, 30% na região nordeste e 10% na região norte. O farelo é comercializado com a empresa coligada, Borella Agropastoril Ltda.

Com a baixa rentabilidade da lavoura sojicultora, devido a retração do SNCR e a alta nos juros, o CAI Soja/Indústria de Oleaginosas procurou reorganizar-se e voltou para uma maior integração nos setores produtivos. O Complexo Agroindustrial Soja/Indústria de Oleaginosas passou a se integrar com os Complexos Agroindustriais Pecuária de Corte e Leiteira. O Complexo Agroindustrial Soja, através do farelo de soja, aumentou a oferta de rações de concentrados, para os dois referidos complexos.

Em Marau, o primeiro complexo a se desenvolver, articulado com o CAI Soja, foi o Complexo Agroindustrial Pecuária de Corte/Frigoríficos. No final da década de 70, como o aumento de efetivo de frangos no município, e no ano de 1979, com a instalação em Marau de um frigorífico destinado ao abate e industrialização de frangos, a nova empresa surgiu vinculada ao Grupo Borella S/A..

A criação de frangos no município processa-se através do sistema de integração fechada, onde a empresa fornece os pintos, a alimentação e a assistência técnica, cabendo ao produtor a construção do aviário, a partir da planta base da empresa, e as atividades relativas ao desenvolvimento dos frangos. A empresa que fornece os pintos, insumos e assistência técnica é coligada ao frigorífico que compra e industrializa os frangos. Essa empresa coligada mantém, inclusive, uma fábrica de rações.

A partir do ano de 1986, o controle acionário do Grupo Borella S/A. é adquirido pelo Grupo Perdigão Agroindustrial S/A. de Videira, Santa Catarina, constituindo-se em Marau as seguintes empresas agroindustriais: Perdigão Agroindustrial S/A (abate de suínos, frangos e bovinos), a Perdigão Agropecuária Ltda. (fomento e fábrica de rações) e Perdigão Alimentos S/A. (soja e derivados).

O sistema agroindustrial constituiu-se em um elemento dinâmico no processo de expansão da agropecuária em bases empresariais no município de Marau.

¹⁵ O Frigorífico Borella, que abate e industrializa suínos, foi fundado em 1923.

¹⁶ A concorrência na compra da matéria-prima no município é grande, sendo os maiores concorrentes: SANRIG, SADIA, CEVAL, COPEMARAU e Cereais Migliorini.

A instalação de agroindústrias coincidiu, em Marau, com o início do processo de expansão do aumento da produção (soja e frangos). Assim foi com a instalação das indústrias processadoras de soja no ano de 1969 e em 1974. Em 1979 foi instalado o frigorífico de abate e industrialização de frangos.

Através dos dados expostos e analisados, procurou-se evidenciar que o processo de modernização da agricultura em Marau ocorreu na década de 70, período em que lá se sentiram os efeitos da constituição do Complexo Agroindustrial e que, apesar da modernização da agricultura ter sido efetuada, com a demanda por parte dos produtores rurais de máquinas e implementos agrícolas, e insumos industriais, a estrutura fundiária no município não foi alterada de forma significativa, continuando a produção agropecuária, em sua maioria, assentada na mão-de-obra familiar.

No processo de modernização da agricultura em Marau a cooperativa foi um dos elementos dinâmicos, proporcionando condições para que os agricultores se modernizassem.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M.C.. O processo de modernização agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no Brasil. **Geografia**, Rio Claro, 3(5):31-41, 1978.
- BENETTI, M. D. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**; uma análise do desenvolvimento da COTRIJUÍ, COTRISA E FECOTRIGO 1957-1980. Porto Alegre, FEE, 1982. 171p..
- BENETTI, M.D.; FRANTZ, T.R. (Coord.) **Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul 1957-1984**. Porto Alegre, FEE, 1985. 285p..
- BRUM, A. J.. **A modernização da agricultura no planalto gaúcho**. Ijuí, FIDENE, 1983. 203p..
- CASTRO, A. C. et al. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações**. Brasília, Binagri edições, 1979. 268p..
- COMIN, A.; MULLER, G.. Crédito, modernização e atraso. **Cadernos do Cebrap (Nova Série)**, 6:1-117, 1985.
- CONCEIÇÃO, O.A.C.. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul - 1950 - 1970**. Porto Alegre, FEE, 1984. 114p..
- CORADINI, O.L.; FREDERIQ, A.. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. 184p..
- DELGADO, G. da C.. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo, Ícone

Editora/Unicamp, 1985. 240p..

DUARTE, L. M. G.. **Capitalismo e cooperativismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, L&PM Editores, 1986.96p..

FRANTZ, T.R.. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da COTRIJUÍ**. Ijuí, FIDENE, 1982. 249p..

_____. **Evolução agropecuária no planalto gaúcho**. Ensaio de interpretação histórica. Ijuí, FIDENE, 1979. 54p..

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul; censos do RS: 1960-1980**. Porto Alegre, FEE, 1984. 158p..

_____. **25 anos de economia gaúcha; a agricultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2a. ed., FEE, v.3, 1982. 146p..

_____. **A mecanização da agricultura no Rio Grande do Sul - 1920-75**. porto Alegre, FEE, 1979. 252p..

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agrícola de 1960. Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1967.

_____. **Censo Agropecuário 1970. Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1974.

_____. **Censo Agropecuário de 1975. Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1979.

_____. **Censo Agropecuário de 1980. Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1984 2pt..

_____. **Sinopse preliminar do censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 4:1-108, 1987.

GUIMARÃES, A. P.. **A crise agrária**. 2ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 362p..

KAUTZKI, K.. **A questão Agrária**. 3 ed., São Paulo, Proposta Editorial, 1980. 362p..

LENCIONI, S.. **Agricultura e Urbanização**. A capitalização do campo e as transformações da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. São paulo, FFLCH - Departamento de Geografia, USP, 1985, 175p.. (Dissertação de Mestrado)

LOUREIRO, M.R. (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez Editores/Autores Associados, 1981. 155p..

MULLER, G.. **Estado, estrutura agrária e população; estagnação e incorporação regional**. Petrópolis, Vozes, 1982. 141p..

_____. O complexo agroindustrial brasileiro. **Relatório de Pesquisa**, São Paulo, 13:1-114, 1981.

_____. O CAI de carnes no Brasil e a metodologia da pesquisa sobre CAIs. Empresas transnacionais e pecuária de carnes no Brasil. **Relatório de Pesquisa**, São Paulo, 21:1-123, 1982.

_____. O CAI brasileiro e as transnacionais e o CAI soja/indústria das oleaginosas. **Relatório de Pesquisa**. São Paulo, 24:1-76, 198p.

- _____. Agricultura e industrialização e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 2(2):47-77, abril-junho de 1982.
- _____. La agricultura y el complejo agroindustrial en la Brasil: cuestiones teóricas y metodológicas. **El trimestre economico**, XLIX(4):921-938, 1982
- _____. A velha senhora agrária e seus novos balangandãs. **Novos Estudos Cebrap**, 11:2-9, jan. 1985.
- MUNHOZ, D.G.. **Economia Agrícola**; Agricultura - uma defesa dos subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982. 107p..
- PEIXOTO, H.R.; CHALOUT, N.B.; FIGUEIREDO, V.. **A soja na pequena agricultura**. Brasília, Binagri edições, 1979. 72p..
- SEVERO, M.C.P.. A propriedade das indústrias de máquinas e implementos agrícolas no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1(1): 71-80, 1980.
- SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. 192p..
- SORJ, B.; POMERMAYER, M. ; CORADINI, O.L.. **Camponeses e agroindústrias**; transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. 119p..
- SZMRECSANYI, T.. Nota sobre o complexo agroindustrial e a indústria da agricultura no Brasil. **Revista de Economia Política**. São Paulo, 3(2):141-144, abril-junho de 1983.
- TAMBARA, E.. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. 95p.
- VIGORITO, R.. Critérios metodológicos para el estudio de complejos agroindustriales. **ILET**, 1:1-23, julho de 1978.

Agricultura e industrialização e desenvolvimento do campo no Brasil. Brasília de Economia

Vol. 12, No. 2, 1977, pp. 1-15

La agricultura e o complexo econômico do Brasil. Economia e Sociologia

El trimestre económico, XI (1972), pp. 1-15

A agricultura brasileira e o desenvolvimento econômico. Economia e Sociologia

1977

PEREIRA, D. G. Economia Agrícola Brasileira - uma década dos estudos agrícolas. Brasília

1977

PEREIRA, D. G. CHALCOUT, N. B. FERREIRA, V. A agricultura brasileira e o desenvolvimento econômico

Brasília, 1977, 112 p.

PEREIRA, M. F. A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil. Economia e Sociologia

Grupos de Estudos PEE, Vol. 1, No. 1, pp. 1-15

SILVA, J. G. de A agricultura brasileira e o desenvolvimento econômico. Brasília, 1977, 112 p.

SORA, R. FOMENTAR, M. C. O desenvolvimento econômico e a agricultura brasileira. Brasília, 1977

1977

SORIANO, J. T. A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil. Brasília, 1977, 112 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Brasília, 1977, 112 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Brasília, 1977, 112 p.

TAVARES, F. de A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil. Brasília, 1977, 112 p.

1977

VANZOLINI, R. O desenvolvimento econômico e a agricultura brasileira. Brasília, 1977, 112 p.

1977